UM ENCLAVE LEONÊS NA PAISAGEM UNITÁRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

ROBERTO CEOLIN
Universidade de Salamanca

Existe na paisagem linguística de Portugal continental três línguas/dialectos que não pertencem ao sistema histórico Galaico-Português. São estas línguas: o Mirandês, com um dialecto: o Sendinês, o Guadramilês e o Rio-Donorês. Estes «falares» situam-se na zona Nordeste de Portugal junto à fronteira com Espanha, justo onde antes se situava o antigo reino de Leão. Qual a identidade do que se fala do outro lado da raia, isto é na zona espanhola que faz fronteira com estes enclaves é, ainda, motivo de debate por parte dos própios falantes e dos linguístas que não se decidem se o que falam é Leonês ou uma variedade de Galego.

Tratremos das questões que rodeiam as línguas/dialectos *Mirandês e Sendinês*, *Guadramilês* e o *Rio-Donorês*. Estas línguas, de origem Leonesa-Asturiana, são as **únicas** não Galaico-Portuguesas que existem no espaço Geo-Político de Portugal Continetal, um espaço linguístico de notável unidade, segundo uma opinião generalizada da qual, devo dizer, eu não comparto.

Este Falares foram descobertos pelo eminente linguísta Leite de Vasconcelos e desde então têm sido alvo de apreciações de diversa natureza por parte dos estudiosos . Veremos as mais importantes destas apreciações. Que opiniões têm estudiosos e linguístas? Que considerações merece por parte de instituições como a Universidade e o Governo. Trataremos, também, de questões como: a existência ou não de um estandar dentro destes três dialectos; a norma ortográfica constituída: mostra-se suficiente?; é acaso «aportuguesante»?; deve a língua ou a sua ortografia manter relações com o Bable e/ou com outros dialectos Astur-Leoneses falados no território da vizinha e **tão próxima** Espanha?

Finalmente, nos centraremos nas relações com o Portugês e com o falar-além-fronterira.

«Porque Me biste, acraditeste. Felizes ls que nun bírun i acraditórun»
Jo. 20,29

Começava, em 1962, o Prof. Doutor Paiva Boléo, o seu *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental*[1] com estas palavras: «uma pessoa, mesmo alheia a assuntos filológicos, que haja percorrido Portugal de norte a sul e conversado com gente do povo, não pode deixar de ficar impressionada com a excepcional homogeneidade linguística do País e a sua escassa diferenciação dialectal, e continua, **ao contrário do que sucede noutros países, quer de língua românica, quer germânica»**. Este exórdio proporciona-nos boas pistas para podermos entender os pressupostos teóricos que presidem o trabalho do Prof. Boléo.

[1] Manuel DE PAIVA BOLÉO e Maria Helena SANTOS SILVA: «Mapa dos dialectos e Falares de Portugal». In: *Actas do IX^eme^ Congrés International de Linguistque Romane*. Lisboa, 1962. Este estudo está fundamentalmente baseado ILB Inquérito Linguísticos Boléo, começados em 1942, que chegaram ao número de 2000 à data da sua saída à luz. A sua publicação foi anunciada em 1957, no *III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros,* fez-se, no entanto, em 1959, pela primeira vez , no *Atlas de Portugal* de Amorim Girão e voltou a ser publicado de forma definitiva e com comentários em 1962.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

Tendo como modelo, sobretudo, situações como a italiana, Paiva Boléo defende que o Português não tem dialectos mas sim falares, reservando assim, a palavra *dialecto* para as variedades não galego-portuguesas faladas em território nacional, a saber: o *Mirandês* o *Guadramilês* e o *Riodonorês*: «Designamos por falares aquilo que o citado Mestre [Leite de Vasconcelos] chamou dialectos. Conforme já o escreveu, o primeiro dos autores do novo "Mapa" em vários lugares, reserva-se a palavra "dialecto" para designar um conjunto de particularidades (sobretudo de carácter fonético) bastante expressivas e que se afastam algum tanto da língua comum. É o caso, dentro do território português, do mirandês, ou, no território espanhol, do aragonês ou do andaluz. Em relação, porém, ao minhoto, trasmontano, beirão, alentejano e algarvio estamos em presença de simples "falares", **visto que os traços que os distinguem não dificultam a compreensão aos portugueses de outras regiões»**.[2] O próprio recorda-nos que também Leite de Vasconcelos tinha a mesma opinião: «Cedepedant, abstraction faite des codialectes [Galego, Mirandês, Guadramilês e Riodonorês], et des dialectes créoles, qui diffèrent considérablement soit du portugais commun, soit très souvent les uns des autres, les divergences que l'on remarque entre le parler populaire (continental et insulaire) et la langue littéraire, d'une part, et entre les dialectes eux-mêmes, d'autre part, en sont pas grandes, et en sauraient être comparées à celles des dialectes de France, de Suisse et d'Italie, par exemple. **Un paysan du Nord du Portugal comprend sans difficulté un autre du Sud»**.[3]

Que um falante do sul e outro do norte de Portugal, falando as suas variedades regionais, se entenderiam perfeitamente, coisa que seria totalmente impossível, por exemplo, em Itália sem se recorrer à língua *standard*, parece ser o grande argumento para que as variedades diatópicas de Portugal Continental não sejam consideradas como *verdadeiros dialectos*.

Apesar de toda esta aparente *uniformidade* linguística apregoada tanto por um como por outro, é o próprio Leite de Vasconcelos quem nos adverte, em 1882, que «não é o Português a única lingoa, usada em Portugal [...] falla-se aqui também o mirandês», e adianta, ainda, as suas suspeitas acerca da natureza não galego-portuguesa de dita língua, dizendo que se pode «estabelecer que o mirandês pertence ao domínio espanhol, como próximo do leonês».[4]

A natureza linguística do Mirandês como língua leonesa só viria, no entanto, a ser confirmada quando em 1906, Menéndez Pidal publicou a obra *El Dialecto Leonés.* Nesta obra descrevia os dialectos leoneses falados em Espanha, através dela se pôde chegar à conclusão segura de que o Mirandês pertencia a esta família linguística.

Aflorou, então, no espírito de linguistas e leigos a pergunta: «Como é que se fala leonês dentro do território português?». Hoje essa questão, completamente secundária, já não é mistério para ninguém.

Um dos primeiros motivos reporta-nos, ainda, ao longínquo período da dominação Romana. Em 297 d.C. dá-se a definitiva divisão administrativa da Península Ibérica. A zona hoje ocupada pela *Terra de Miranda do Douro* (lat. terra do Douro digna de ser

---

[2] *Ibid*., pág. 104-105.

[3] J. LEITE DE VASCONCELOS: *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. 3ª ed. por Maria Adelaide Valle Cintra. Lisboa: I.N.I.C.; Centro de linguística da Universidade de Lisboa , 1987.

[4] J. LEITE DE VASCONCELOS: «O Dialecto Mirandez». *O Penafidelense* [Penafiel] (1882).

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

admirada) no nordeste Transmontano, ficou a pertencer ao *Conventus Iuridicus* de *Asturica Augusta* e não ao de *Bracara Augusta,* como o resto de Trás-os Montes. Assim, a zona de Miranda do Douro não pertenceu desde o início ao território posteriormente ocupado pelo Condado Portucalense, daí que a língua aí falada não pertencesse ao sistema Galego-Português, mas sim ao sistema Astur-leonês.

Entre os séc. VII/VIII e XII o concelho de Miranda do Douro pertenceu à Diocese de Astorga e não à de Braga e as *Inquirições* de *Affonso* III informam-nos de que o concelho de Miranda do Douro foi, entre os sécs. XII e XIV, re-colonizado com gentes oriundas das terras de Leão; re-colonização essa promovida pelos mosteiros cistercienses de Sta. Maria de Moreruela, S. Martinho de Castanheda, pelo Mosteiro de Castro de Avelãs e pela Ordem dos Templários de Alcanhices.

Tudo isto ajudou a que a zona hoje ocupada pelo concelho de Miranda do Douro mantivesse, num período assaz importante para a história da língua Portuguesa, relações privilegiadas com as terras do antigo Reino de Leão e que a língua leonesa ocidental, idioma originário do *Conventus* de *Asturica Augusta*, se fosse reciclando em terras portuguesas, pelo menos, até ao séc. XIV.

Uma outra questão que nos poderíamos pôr, é: «Como é que a língua leonesa se manteve até 1882, quando Leite de Vasconcelos a deu a conhecer e como conseguiu sobreviver até aos nossos dias?». Natural seria que, uma vez quase desaparecida a língua leonesa do lado espanhol da fronteira e dada a grande uniformidade da paisagem linguística de Portugal, esta língua desaparecesse aqui; «como é que, então, este idioma conseguiu sobreviver à tirania das língua nacionais e majoritárias?».

Consideramos que dois foram os motivos principais: o primeiro deles, a fronteira política entre Portugal e Espanha. Esta salvou o Leonês do Castelhano, ou melhor do Espanhol, e preservou-o do mesmo azar que teve o seu irmão *Leonês* do outro lado da fronteira, que apesar de não ter desaparecido, pouco faltou.

O outro motivo que protegeu o Leonês, agora, do Português, já de si uma língua menos «tirana», foi a grande distância que Miranda tem em ralação à capital e aos grandes centros urbanos, em especial do litoral de Portugal. Essa distância, junto com o facto de Miranda se encontrar numa zona um tanto inóspita e, até há pouco, esquecida, fez com que o Mirandês ali ficasse como que *de quarentena* à espera de ser re-decoberto por alguém como Leite de Vasconcelos. De facto, até há cinquenta ou sessenta anos atrás chegar até Miranda do Douro era bastante difícil graças aos maus acessos rodoviários.

Na sua *Historia de la Lengua Castellana* Rafael Lapesa diz: «El castellano poseía un dinamismo que le hacía superar los grados en que se detenía la evolución de otros dialectos. Mientras el **leonés** y el aragonés se estancaban [...] el castellano emprendía [...] por último, el castellano era certero y decidido en la elección, mientras los dialectos colindantes dudaban largamente».[5] Pelas palavras do eminente professor Lapesa, recentemente falecido, poderíamos ficar com a ideia de que as línguas regionais da Hispania foram destronadas por causa das «grandes virtudes» da língua castelhana. Parece que a questão política ficou um pouco esquecida...

De qualquer modo, o leonês do lado português da fronteira, que provavelmente. também *dudaba largamente*, conseguiu, também ele, chegar a ser *certero y decidido en la elección*.

---

[5] Rafael LAPESA: *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Gredos, 1981[9], pp. 184 e 185.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

Considero que é indubitável o facto de que o castelhano se impôs por via de uma cultura massificada intimamente conectada ao poder político de Castela. A medida que Castela avançava no espaço geográfico da Península Ibérica impunha não só o seu poder como também a cultura a ele associada.

De facto, o espaço ocupado pelo *castellano antiguo* era bastante pequeno a princípio, ocupando apenas o que seria a zona de La Rioja e Burgos.

A reconquista cristã, depois da invasão árabe, havia já modificado a fisionomia linguística primeira, aquela que os romanos haviam imprimido à Península Ibérica e o avanço do castelhano como língua dominante por toda a parte central da antiga Hispania esmagou o leonês contra a fronteira de Portugal e confinou a espaços mais restritos línguas que anteriormente ocupavam um espaço mais vasto. Apesar disso, as demais línguas românicas da península não desapareceram rendidas ao dinamismo do castelhano. O catalão goza hoje, e sempre gozou, de tanto *dinamismo* como o próprio castelhano, o galego também nunca deixou de ser usado como língua oral, ainda que se tivesse perdido como língua escrita durante algum tempo, e a situação que se apresenta como *menos boa* é a do astur-leonês, vulgo *bable,* e do alto-aragonês, que, no entanto, bem ou mal continuam vivos.

Durante todos estes séculos o Português era, obviamente, conhecido e usado mas apenas com os forasteiros: «os mirandeses fallam o mirandês entre si, empregando o português quando se dirigem a estranhos»;[6] como língua da oficialidade: «Ao lado do mirandês vive o português como lingoa oficial, geral e polida»;[7] como língua da religião: «Um facto curioso que hoje se observa em Terra de Miranda, nos próprios locaes onde se falla o idioma de que estou tratando, é serem as rezas e orações não em mirandês, como se esperaria, mas em português».[8] Nas aldeias e na vida quotidiana, o Mirandês era a língua veicular e normal. A primeira língua aprendida pelos falantes dessa região era o Mirandês. Diz-nos Leite de Vasconcelos: «A lingoa mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a lingoa do lar, do campo e do amor: com um estranho o aldeão falla logo português. Como porém, em Duas-Igrejas todos sabiam ao que eu ia, fallavam mirandês comigo, e, quando eu por acaso lhes dirigia a palavra nesta ultima lingoa, elles riam-se muito, porque achavam o caso um pouco singular».[9]

Leite de Vasconcelos foi quem, de facto, trouxe à luz do dia o falar Mirandês, foi, também, ele o primeiro a estabelecer quais as relações que o Mirandês mantém com os outros dialectos de Portugal. Depois dele, outros trataram tanto da questão do Mirandês, como dos outros dialectos leoneses em território português.

Três são os principais estudos descritivos da paisagem dialectal de Portugal Continental e neles, duma ou doutra maneira, o Mirandês está presente.

Em 1893/97, José Leite de Vasconcelos propõe, no seu *Mapa Dialectológico*,[10] a primeira obra de dialectologia da língua portuguesa, uma classificação *bastante simples*,

---

[6] J. LEITE DE VASCONCELOS: *Estudos de Philologia Mirandesa*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 154.

[7] *Ibidem*.

[8] *Idem*., vol. I, pág. 155.

[9] *Idem*., vol. I, pág. 12.

[10] J. LEITE DE VASCONCELOS: «Mapa Dialectológico do Continente Português». *Portugal Dialectológico* [Lisboa] (1897).

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

no dizer de Lindley Cintra,[11] da variação diatópica de Portugal Continental. Esta variação organiza-se em três tipos de variedades: *primárias* ou *dialectos*, *secundárias* ou *subdialectos* e *terciárias* ou, simplesmente, *variedades*.

Como variedades *primárias* ou *dialectos* reconhecia, o seu estudo, o dialecto *Interamnense* —falado na região entre o Minho e o Douro—, o dialecto *Trasmontano* —falado em Trás-os-Montes—, o dialecto *Beirão* —falado na Beira— e o dialecto *Meridional* —falado entre o Mondego e o Guadiana. As variedades *primárias* estão, por sua vez, subdivididas em variedade *secundárias,* ou *subdialectos*, que para Leite de Vasconcelos são: *alto-minhoto* —entre o Lima e o Douro—, *baixo-minhoto* —entre o Lima e o Douro até ao Tâmega— e o subdialecto *baixo-duriense* —entre o Tâmega e o Corgo—, estes três dentro do dialecto *Interamnense*; o subdialecto da fronteira, a linguagem de Macedo e a do Mogadouro e o subdialecto alto-duriense-entre o Corgo e o Tua, modalidades incluídas dentro do dialecto *Trasmontano* —falado em Trás-os-Montes—; o subdialecto da Beira Ocidental, o subdialecto alto-beirão-entre o Douro e o Dão, o subdialecto baixo-beirão e o subdialecto de Fundão, Castelo Branco... até Portalegre, dentro do dialecto *Beirão* —falado na Beira—; os subdialectos estremenho, alentejano e do Algarve, dentro do dialecto *meridional* —falado entre o Mondego e o Guadiana. Como variedades *terciárias* reconhece, no subdialecto baixo-minhoto, a variedade do Porto e a variedade da Póvoa; no sudialecto estremenho a variedade de Lisboa, e as variedade de Sor-Avis e de Olivença, dentro do subdialecto alentejano.

Esta classificação foi publicada, pela primeira vez, em 1893 na *Carta dialectológica do Continente Português*, que aparece integrada na obra de Ferreira-Deusdado *Corografia de Portugal,* (1ª edição, Guillard, Aillaud & C.ª, Lisboa) e em 1897 no *Mapa dialectológico de Portugal Continental,* com o comentário *Portugal Dialectológico*, precedido por uma *classificação sumária das línguas* de Gonçalves Viana.

Em 1901, Leite de Vasconcelos fez uma nova descrição que difere, em alguns pormenores, do Mapa Dialectológico de 1893/97. Esta nova classificação não contempla as variedades terciárias, Este é o aspecto que apresenta esta nova formulação: 1. dialecto *Interamnense*: a. alto-minhoto, b. baixo-minhoto, c. baixo-duriense; 2. dialecto *Trasmontano*: a. raiano, b. alto-duriense, c. ocidental; 3. dialecto *Beirão*: a. alto-beirão, b. baixo-beirão, c. ocidental; 4. dialecto *Meridional*: a. estremenho, b. alentejano, c. algarvio.

Nesse mesmo ano de 1901, apresenta em Paris a obra *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise, thèse pour le doctorat de l'Université de Paris (Faculté des Lettres), Paris-Lisboa,* 1901.[12]

Em 1929, Leite de Vasconcelos reedita, no IV volume dos *Opúsculos*, o *Mapa Dialectológico* de 1893/97. Esta nova edição apresenta várias modificações que, simplifica a classificação, em ordem a torná-la mais exacta; no entanto, na opinião de Lindley Cintra foi «uma tentativa nem sempre lograda já que no texto do comentário

---

[11] *Apud* Luís Filipe LINDLEY CINTRA: «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses». *Boletim de Filologia,* nº 22 (1971), p. 82.

[12] Esta obra apresenta uma 2ª edição em 1970 (Lisboa) «com aditamentos e correcções do Autor, preparada, com base no exemplar conservado no Museu Etnológico *Dr. Leite de Vasconcelos*, por M. A. Valle Cintra». Faz parte do Vol. I das Publicações do *Atlas Etnológico-Linguístico de Portugal e da Galiza*. Existe ainda uma 3ª ed. a que é por nós utilizada. *Vide* nota n.º 3.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

introduziram-se alguns acrescentos que são mais de natureza geográfica que lingüística».[13]

Segue-se a Leite de Vasconcelos o estudo de Manuel de Paiva Boléo e de Maria Helena Santos Silva: *O «Mapa» dos Dialectos e Falares de Portugal Continental*,[14] onde, como já vimos, perante os critérios de Paiva Boléo, já antes especificados, o Mirandês é considerado como um dialecto frente às demais variedades regionais. Neste estudo a Paisagem dialectal Portuguesa apresenta-se organizada da seguinte forma: «1.Falar Minhoto: a. alto-minhoto, a.1. variedade de Riba-Minho, b. minhoto central, b.1. variedade de Braga, c. minhoto oriental, d. baixo-minhoto, d.1. variedade do Porto; 2. Falar Trasmontano: a. ocidental, b. central, c. oriental, d. baixo-trasmontano; 3. Falar Beirão: a. oriental, b. ocidental, b.1. variedade de Sátão; 4. Falar de Baixo Vouga e Mondego: 4.1. variedade de Aveiro, 4.2. variedade dos Campos de Mondego; 5. Falar de Castelo Branco e Portalegre: a. Castelo Branco, b. Portalegre; 6. Falar Meridional: [a. estremenho], b. alto-alentejano, b.1. baixo-alentejano, b.1.1. variedade de Almôdovar, b.1.2. variedade de Mértola, c. algarvio».

O mais recente estudo da Dialectologia de Portugal Continental é de Luís Filipe Lindley Cintra: *Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses*.[15] Este autor começa o seu estudo por passar em crítica os anteriores estudos de dialectologia portuguesa. O interessante deste estudo é que o Mirandês marca presença através da sua ausência; pois «conforme proponho, para a subdivisão dialectal da faixa linguística galego portuguesa (cuja fronteira com os dialectos leoneses e castelhanos deve ser traçada como há muito, em "El Dialecto leonés", 1906, o propôs Menedez Pidal e se fez no mapa do Atlas Linguístico da Península Ibérica, com base na ditongação ou não de *e* [breve], e *o* [breve] tónicos latinos».[16] Dentro deste critério, exclusivamente linguístico, de classificação não cabem os dialectos leoneses de Portugal, pelo contrário estão incluídos os falares portugueses utilizados dentro do território espanhol. A única consideração que o Mirandês merece da parte de Lindley Cintra é, ao não estar incluído no seu estudo, não ser um falar Galego-português. O que sim merece uma consideração por parte de Cintra é a classificação que Leite de Vasconcelos faz do Mirandês. Lembra este professor de Lisboa as palavras que Leite de Vasconcelos utiliza para definir co-dialecto: «isto é: idiomas que, conquanto, pelos seus caracteres gramaticais se avizinhem do português mais que outras quaisquer línguas românicas e lhe sejam em parte ligados na obediência às mesmas leis especiais, não estão contudo numa relação tão íntima com ele, considerado língua literária e nacional, como por exemplo os falares da beira ou do Algarve»;[17] ao que Cintra responde: «Aplica esta designação indistintamente ao galego, ao mirandês, ao riodonorês e ao guadramilês. Tanto esta noção de co-dialecto, como a aplicação que dela faz, são, do ponto de vista da língüística moderna, o que logo aparece como mais antiquado e

[13] LINDLEY CINTRA, *op. cit.* pág. 85

[14] *Vide* nota n.º 1

[15] *Vide* nota nº. 11.

[16] LINDLEY CINTRA, *op. cit.* pág. 89.

[17] LEITE DE VASCONCELOS, «Mapa...», pág. 15.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

inaceitável numa classificação em que, como veremos, há muito de bem observado [...] e de ainda hoje perfeitamente aceitável».[18]

Apesar de que esta classificação possa parecer inaceitável aos olhos da linguística moderna, nas várias reedições e reformulações que Leite de Vasconcelos fez do seu *Mapa*, a classificação de co-dialecto continua ao longo de todas elas. Em *Esquisse d'une Dialectologie* dá esta nova definição de co-dialecto: «les codialectes, c'est-à-dire les idiomes particuliers qui, quoique n'étant pas aujourd'hui rigoureusement portugais, sont cependant dans un intime rapport avec cette langue».[19]

Paiva Boléo, como dissemos no princípio considera os falares leoneses como os únicos dialectos de Portugal, já que às variedades diatópicas de Portugal Continental, ao não oferecer qualquer tipo de dificuldade de compreensão, são chamados *falares*.

Leite de Vasconcelos comparte com Paiva Boléo uma concepção tradicional de dialecto. Isto, no entanto, leva a resultados distintos. Paiva Boléo considera que os falares portugueses não entram dentro da sua definição de dialecto e portanto os denomina *falares,* enquanto que Leite de Vasconcelos usa, apenas por questões práticas, esta denominação «dialecto», ainda que tenha em conta que os as variantes do português não apresentem muita distância entre si: «je ne me dissimule pas combien difficiles sont les classifications de cette espèce, et n'ignore pas non plus quels doutes a soulevés parmi les philologues la notion de dialecte [...] cependant, on ne peut pas nier que l'ancienne nomenclature n'ait une certaine utilité pratique: **c'est pourquoi je l'adopte ici»**.[20] E ao adoptar como «dialectes, proprement dit [...] les différentiations locales du portugais»[21] resta-lhe adoptar a nomenclatura de co-dialecto para os falares leoneses do território de Portugal Continental. O que sim pode causar algum espanto é o facto de que o galego mereça a mesma classificação.

Existem, na história da reflexão metalinguística portuguesa, desde o aparecimento desta, ainda que não cientificamente, com a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa* de Fernão de Oliveira, em 1536, considerações acerca da língua falada no norte de Portugal. Apenas para ilustrar, damos dois exemplos: diz D. Jerónimo Contador de Argote, em 1725, na quarta parte das suas *Regras da Língua Portugueza, espelho da língua latina, ou disposição para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da língua Portugueza*: «há alguns [dialectos locais] de alguns lugares de Trás os Montes, e Minho nas rayas de Portugal que saõ muito bárbaros, e que quasi que se naõ pòdem chamar portuguez, mas só os usa a gente rustica daquelles lugares».[22] Talvez nesta notícia, possamos ver a primeira alusão ao Mirandês, como falar rústico usado pelo povo inculto de Trás-os-Montes, ou talvez não. Muito provavelmente esta não é uma menção explicita ao Mirandês, visto que o autor, seguindo os critérios pouco linguísticos da época, englobaria num todo todas as variedades regionais faladas a norte.

---

[18] LINDLEY CINTRA, *op. cit.* pág. 3.

[19] LEITE DE VASCONCELOS, *Esquisse...*, pág. 27.

[20] *Idem* pág.29.

[21] *Ibidem*.

[22] D. Jerónimo CONTADOR DE ARGOTE: *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina pelas Regras de Portugueza*. Lisboa: Off. de Matías Pereira de Silva e João Antunes Pedroso, 1725.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

O que nos pode interessar destas palavras é verificar que, desde há muito, se tem consciência de que no Norte, e, especialmente, em Trás-os-Montes, se fala distinto do falar de Lisboa ou da zona litoral. As considerações de tipo valorativo que faz acerca das variedades aí usadas podem ter algum interesse do ponto de vista da socio-linguística histórica.

Muito maior discernimento tinha já na sua época o gramático João de Barros que em 1540 escreve: «a mi me contentam os termos que se confrontam com o latim, dado que sejam antigos, ca destes nos devemos muito prezar [...] Não somente os que achamos per escrituras antigas, mas muitos que se usam entre Douro e Minho, conservador da semente portuguesa, os quais alguns indoutos desprezam, por não saberem a raiz donde nascem».[23]

Não necessitamos de voltar ao séc. XVI ou XVIII, para encontrar opiniões díspares acerca do Mirandês. Conta-nos Leite de Vasconcelos que: «frequentava eu, em 1882, o 1º anno de medicina na eschola do porto, quando dois meus contemporâneos e amigos [...] sabedores de quando eu apreciava as tradições e a lingoagem do povo, me disseram que andava matriculado na Academia Polytechnica um rapaz de Miranda-do-Douro, que sabia com perfeição a lingoa d'essa terra, pois a fallava desde criança. Ora eu já então tinha conhecimento de que em Miranda se usava uma lingoa que não era a portuguesa».[24]

Este rapaz chamava-se Branco de Castro. No seu quarto de estudante universitário, num dia feriado, este amigo Mirandês respondia às perguntas gramaticais de Leite de Vasconcelos, enquanto outros amigos, para os quais «isto constituia de facto uma novidade» pois «não sabiam que em Portugal se fallava outra lingoa além do Português de Bernardes e de Garrett»,[25] tocavam guitarra no quarto ao lado. Comenta Leite de Vasconcelos que «concerteza não se escutavam com maior attenção os oraculos de Apollo em Delphos, os de Zeus em Dodôna, do que eu as palavras que o meu Branco Castro proferia sereno e resignado».[26] A consideração que tem o filólogo acerca do Mirandês não é compartida por Branco Castro, que diz a Leite que «isto é uma giria de pastores, uma fala charra, não tem regras nem normas».[27] No entanto, quando Leite de Vasconcelos «lhe mostrava que as correspondências d'ella com o latim eram certas, que a conjugação seguia com ordem, elle pasmava, e admirava-se que entre os cabanhães de Genizio, e em meio dos hortos de Ifánez se pudesse ter feito cousa tão regular como era a lingoa que velhos cabreiros lhe haviam ensinado em pequeño».[28] esta opinião negativa em relação com o seu próprio falar era compartida pelos demais falantes de Mirandês: «Com uma especie de modestia os habitantes de Duas Igrejas dizem que quem falla

---

[23] João DE BARROS: *Gramática da Língua Portuguesa, Cartinha, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Ed. de Maria Leonor Buescu. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

[24] LEITE DE VASCONCELOS: *Estudos...*,vol. I, pág. 3.

[25] *Idem* pág. 5.

[26] *Ibidem*.

[27] *Ibidem*.

[28] *Ibidem*.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

mirandês “fala mal, fala charro”, e quem falla português, “fala grabe”, ou “fala em grabe”».[29]

Falar *rústico*, segundo a opinião de D. Jerónimo Contador de Argote; *charro* na opinião dos próprios Mirandeses; falar comparável aos versos das pitonisas dos oráculos gregos, para Leite de Vasconcelos; o Mirandês é alvo de diferentes considerações por parte de quantos o conhecem. Inegável é, no entanto, a proeza que foi sobreviver durante tantos séculos e conseguir chegar até aos nossos dias, como uma raridade arqueológica, embora viva, que é preciso preservar e proteger.

Ao lado do Mirandês, outros dois dialectos leoneses existem no território de Portugal Continental, a saber: o *Riodonorês*, na aldeia de Rio d’Onor/Riodonor, uma aldeia dividida em dois pela linha da fronteira, situada no extremo Norte de Portugal, concelho e distrito de Bragança (Zamora do lado Castelhano) e o *Guadramilês*, falado na aldeia de Guadramil, também esta situada no concelho e distrito de Bragança, a cerca de 1 km. da fronteira norte de Portugal com a Espanha. Podemos considerar ainda o Sendinês, um subdialecto do Mirandês.

Os falares leoneses de Portugal derivam do Leonês ocidental que compartia com o galego-português algumas isoglossas. Entre elas está a não-aspiração de /f/ inicial latino, a palatalização em /t͡ʃ/ dos grupos latinos iniciais PL-, FL- e CL-; com o castelhano comparte as isoglossas da ditongação de Ĕ e Ŏ em posição tónica, a manutenção de /l/ e /n/ intervocálicos e a palatalização em /ʎ/ e /ɲ/ de /ll/ e /nn/, intervocálicos. Como característica própria o leonês apresenta a palatalização em /ʎ/ de /l/ latino em posição inicial.

Estas e outras características que, de um modo ou de outro, estão presentes no diversos falares leoneses, pela sua diversa distribuição, ou pelo diferente modo como se manifestam, servem para a classificação deste falares. Por exemplo, nos falares de Guadramil e de Rio d’Onor, a ditongação de Ĕ e de Ŏ latinos, em posição tónica, é em /jɛ/ ou /ja/ e /wɛ/ ou /wo/, respectivamente; em Rio d’Onor /ll/ latino intervocálico apresenta-se hoje como semivogal /j/ e em Sendim a característica típica do leonês, a apalatalização em /ʎ/ de /l/ latino inicial, não se dá, sendo essa a característica que o localiza como um subdialecto do Mirandês.

A oficialização do Mirandês chegou no dia 19 de Novembro de 1998 ao Parlamento Português promulga o decreto-lei que abaixo reproduzimos. Com este decreto o Mirandês é reconhecido como Língua Oficial do Estado Português reconhecenndo também o direito que os Mirandeses têm de usar a sua língua secular, agora reconhecida por Lisboa.

[29] *Idem,* pág.12.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

Lei n.º 7/99 de 29 de Janeiro

Assembleia da República

Decreto N.º 303/VII

Reconhecimento Oficial de Direitos Linguísticos da Comunidade Mirandesa

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º, da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

O presente diploma visa reconhecer e promover a Língua Mirandesa.

Artigo 2.º

O Estado português reconhece o direito a cultivar e promover a Língua Mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da Terra de Miranda.

Artigo 3.º

É reconhecido o direito da criança à aprendizagem do mirandês, nos termos a regulamentar.

Artigo 4.º

As instituições públicas localizadas ou sediadas no concelho de Miranda do Douro poderão emitir os seus documentos acompanhados de uma versão em Língua Mirandesa.

Artigo 5.º

É reconhecido o direito a apoio científico e educativo tendo em vista a formação de professores de língua e cultura mirandesas, nos termos a regulamentar.

Artigo 6.º

O presente diploma será regulamentado no prazo de 90 dias a contar da sua entrada em vigor.

Artigo 7.º

O presente diploma entra em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

Aprovado em 19 de Novembro de 1998. O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Aprovada em 19 de Novembro de 1998.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 15 de Janeiro de 1999

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 19 de Janeiro de 1999.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

Uma vez reconhecida como língua oficial, foi necessário legislar o ensino da «nova» língua. O despacho normativo n.º 35/99, a segunda vez que a Língua Mirandesa aparece nos códices da lei portuguesa, veio regulamentar precisamente isso. O despacho está abaixo transcrito:

Despacho Normativo n.º 35/99

A Lei n.º 7/99, de 29 de Janeiro, reconhece o direito a preservar e promover a língua mirandesa, enquanto património cultural, instrumento de comunicação e de reforço de identidade da terra de Miranda.

Nos termos dos artigos 3.º e 5.º da mesma lei, cabe regulamentar o direito à aprendizagem do mirandês, bem como o necessário apoio logístico, técnico e científico.

Assim, determina-se:

1. Aos alunos dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário do concelho de Miranda do Douro é facultada a aprendizagem do mirandês, como vertente de enriquecimento do currículo.

2. A disponibilização da oferta referida no número anterior compete aos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário do concelho de Miranda do Douro, mediante o desenvolvimento de projectos que visem preservar e promover a língua mirandesa.

2.1. Os projectos devem contemplar finalidades e metodologias pedagógicas, bem como a identificação dos meios e dos recursos necessários, nomeadamente no âmbito da formação de professores.

2.2. Os projectos são aprovados pelos directores dos Departamentos da Educação Básica e do Ensino Secundário, conforme os níveis de ensino em que incidem, após parecer favorável do director regional de Educação do Norte.

2.3. Os projectos podem desenvolver-se em parceria com entidades da comunidade local, designadamente com o município e associações culturais, mediante a celebração de protocolos de cooperação.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

3. Os competentes serviços centrais e regionais do Ministério da Educação prestam o apoio logístico, técnico e científico que se apresentar adequado ao desenvolvimento dos projectos a que se refere o presente despacho.

Ministério da Educação, 5 de Julho de 1999. – O Ministro da Educação, Eduardo Carrega Marçal Grilo.

Pós a oficialização da Língua Mirandesa, impunha-se que a criação de uma ortografia para esta pudesse ser utilizada, sem quaisquer restrições, em todos os âmbitos, quer quotidianos quer científicos. Para isso se apresentou uma proposta de *Convenção Ortográfica Mirandesa*. Dos princípios gerais desta proposta descrevemos aqui algumas linhas ilustrativas do, sobretudo, bom senso e sabedoria que a presidiu, princípios que poderiam ser imitados por outras comunidades que estão, há muito, a tentar chegar a um consenso: **1. Redução da variação gráfica**: este principio procura limitar ao máximo possível a variação gráfica, o que não é, de modo algum, incompatível com a variação oral, como de facto existem, variações nas pronuncias; **2. Continuidade da tradição gráfica:** perante a possibilidade de escrever um mesmo som de muitas opta-se por formas tradicionais, sempre que as haja; **2.a. O problema dos neologismos:** os neologismos não têm porque apresentar uma forma fonética igual às das palavras que sofreram o processo histórico próprio da língua Mirandesa; **3. Clareza:** nem sempre se respeitará a forma tradicional, haverá casos em que a escrita plasmará processos fonológicos nunca antes descritos em Mirandês; **4. Simplicidade:** Evitam-se toda a espécie de diacríticos que possam dificultar a escrita por meios mecanográficos e **5. Flexibilidade:** a convenção não tem como objectivo limitar a liberdade individual no que diz respeito a estilo ou tentativa de imitar, graficamente, os sons da língua mirandesa.

Visto todo o anterior, uma questão parece ser bastante pertinente: «Tem a língua mirandesa, agora protegida pela lei, essa mesma língua que sobreviveu durante séculos sem qualquer tipo de protecção que não fossem as montanhas, futuro?». Ainda que amparada pela lei, o Mirandês corre hoje mais perigo do que antes, já que muitas são as ameaças contra as línguas minoritárias: escolarização, televisão, rádio, migração, etc.

Apesar de tudo isto, o Mirandês parece gozar de boa saúde. Segundo um inquérito sobre o uso do Mirandês realizado em Abril de 2001 orientado pela Dra. Maria do Céu Carvalho de Sousa, professora na *Escola Secundária de Miranda do Douro,* que abrangeu 2% da população das freguesias do Concelho da Miranda do Douro, chegou às conclusões que abaixo reproduzimos, no que diz respeito ao uso efectivo da Língua Mirandesa:

- 87,6% dos inquiridos afirmou compreender a língua mirandesa, mas essa percentagem atinge os 100% na maioria das freguesias rurais;

- 64,6% dos inquiridos respondeu que sabe falar mirandês, embora essa percentagem seja muito mais elevada nas aldeias rurais;

- os inquiridos que falam mirandês fazem-no no dia a dia ou quando isso lhes é solicitado (63%, no conjunto). Mas enquanto as freguesias mais urbanas utilizam a língua sobretudo quando é solicitado, já as freguesias mais rurais usam o mirandês no dia a dia;

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

- a maioria dos inquiridos referiu ter aprendido a língua com os país ou avós (53.9%);

- a maioria dos inquiridos não fala em mirandês com os filhos, sendo as freguesias do norte do concelho aquelas em que os pais mais falam em mirandês com os filhos; o grupo etário 45-64 anos é aquele que menos fala em mirandês com os filhos;

- a generalidade dos inquiridos (76.3 %) acha importante as crianças aprenderem mirandês;

- 75.3% dos inquiridos tem uma referência positiva da língua e 24.7% uma referência negativa. A referência positiva à língua varia com a idade (0-14 anos - 48%; 15- 44 anos- 77%; 45 - 64 anos- 82%; 65 e mais anos- 84%) e com o grau de instrução (não sabe ler - 87.5%; básico - 66.3%; secundário - 75%; superior - 100%; outro - 75.3%).

Apenas a partir do ano 1999 a língua mirandesa passou a ser usada com regularidade por alguns (ainda poucos) deputados à assembleia municipal de Miranda do Douro, nas intervenções realizadas nesse órgão autárquico.

Além do uso que ainda se faz do Mirandês no ambiente familiar e dentro do ambiente do concelho, o Mirandês começou a ser ensinado também nas escolas ainda antes da oficialização. Agora que faz parte dos *curricula* escolares conta com algumas garantias mais. Aqui estão os dados acerca do ensino do Mirandês nas escolas do concelho e também na Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro.

Dados sobre o ensino do Mirandês

Ensino a adultos:

UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

a) No Pólo de Miranda do Douro:
1999/2000-*Curso Livre de Mirandês* integrado no *Mestrado em Ensino da Língua e Cultura Portuguesa* - n.º de alunos: 24
Verão de 2001-*Curso Intensivo de Língua e Cultura Mirandesas* (dois níveis)-n.º de alunos: 22

b) Em Vila Real:
2000/2001-*Curso Livre de Mirandês* - n.º de alunos: 562001/2002-*Curso Livre de Mirandês* -
ENSINO BÁSICO

Escola EB2 de Miranda do Douro: O Mirandês está integrado como disciplina de opção no 2º ciclo (5º e 6º ano de escolaridade) desde o ano lectivo de 1986/1987, ainda antes da oficialização e do despacho que regulamenta o ensino do Mirandês.

Frequência em Miranda do Douro nos últimos anos:
1999/2000: 5º ano - 37 alunos; 6º ano - 19 alunos
2000/2001: 5º ano - 12 alunos; 6º ano - 30 alunos
2001/2002: 5º ano - 12 alunos; 6º ano - 12 alunos

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

N.º total de alunos que frequentaram a disciplina de Língua Mirandesa nesta Escola: 527.

Escola EB23 de Sendim:
2000/2001-EB23 de Sendim e Escola do primeiro ciclo:1º Ciclo-50 alunos (70% dos matriculados);
2º Cicclo-39 alunos (55% dos matriculados, 20% dos matriculados são de um concelho do Mogadouro).

Uma das provas do bom caminho que leva a língua mirandesa, nestes seus primeiros passos como língua oficial, prova, aliás, da grande vitalidade que tem já não só como a língua usada na casa paterna, no adro da igreja ou no café da aldeia é a necessidade que começa a sentir de incorporar novas palavras, palavras que saem do âmbito tradicional, daquele que foi o uso do mirandês durante séculos. Deste modo a proposta de adenda à convenção ortográfica do mirandês é marca evidente da força que o Mirandês tem para enfrentar o futuro.

Proposta de Adenda 2

Introdução:

Neste momento, o mirandês está a ser amplamente utilizado em registos diferentes dos tradicionais, sobretudo o registo escrito e formal, demonstrando diariamente a sua capacidade de se adaptar às novas circunstâncias que o estatuto de língua oficial lhe proporcionou. Tradicionalmente, é a oralidade, e uma oralidade exercida no âmbito restrito dos vizinhos e da família, o seu grande domínio de expressão. *Neste domínio, nenhuma norma pode ou deve ser imposta: a fala própria é um dos bens mais íntimos e preciosos das comunidades humanas. Cada comunidade herda, ou cria, quando necessário, as marcas, maiores ou menores, que a distinguem das demais.* ***Porém a língua escrita, que é a melhor maneira de vencer as distâncias de espaço e de tempo, deve ser o mais unitária possível. Em Portugal, o português falado no norte, no sul ou nas ilhas adjacentes é diferente na pronúncia, mas escreve-se em todo o lado do mesmo modo. O mesmo princípio se deveria aplicar ao mirandês: máxima liberdade na fala, unidade máxima na escrita****. Só assim se pode respeitar a identidade própria e, ao mesmo tempo, preservar a língua para o futuro, só assim ela pode ser um elo entre as pessoas da mesma aldeia e entre essas pessoas e as do imenso espaço em volta - desde os habitantes de todo o concelho aos emigrantes e aos estrangeiros curiosos. Só assim* ***se podem conservar as palavras da vivência diária e ao mesmo tempo oferecê-las como beleza literária e veículo de ideias para todo o mundo.***

A unificação da escrita, um dos problemas ortográficos que devemos agora resolver é o dos neologismos. Tendo em conta que o português é a língua veicular do ensino e é o maior fornecedor de empréstimos à língua mirandesa, há a necessidade de os adaptar ao registo escrito mirandês, integrando-os na representação do sistema fonológico desta língua*. Para isso está a ser feito um levantamento de correspondências de elementos fonológicos e morfo-fonológicos portugueses e mirandeses, de modo a instituir regras gerais que sirvam de modelo para outros casos. Na metodologia seguida, parte-se de alguns exemplos de uso corrente, criando regras extensíveis a todos os contextos semelhantes que*

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

futuramente apareçam. Aqueles que aqui são dados já estão a ser praticados pelos escritores da língua mirandesa que subscrevem este trabalho.

M.B.F. [Manuela Barros Ferreira]

Em Setembro de 2000, o grupo de estudo da língua mirandesa, constituído pela Dra. Manuela Barros Ferreira (grande mentora do «renascimento» do mirandês), pelos Drs. Amadeu Ferreira, António Alves e Domingos Raposo, reunidos em Lisboa preparam um plano para o desenvolvimento da língua mirandesa. Transcrevemos abaixo a declaração de princípios e as actividades mais significativas programadas.

A língua mirandesa foi oficializada em Portugal pela lei n.º 7/99 de 29.1 com um objectivo expresso de protecção. Esta medida, tendo já tido efeitos positivos na intensificação do uso da língua, veio tornar evidente a necessidade de uma política da língua e de uma planificação linguística capazes de programar e de cumprir objectivos claros. Em Março de 2000, com o início da preparação, em Portugal, do Ano Europeu das Línguas 2001 (AEL), a Comissão Nacional do AEL propôs-nos que programássemos a participação mirandesa nesse evento. Dado não existir ainda qualquer planificação linguística para o mirandês, a nossa primeira preocupação consistiu em elaborar um levantamento, o mais completo possível, das necessidades e tarefas que se consideram prioritárias para esta língua, a fim de, seguidamente, escolher entre elas aquelas que melhor se coadunassem com a natureza do AEL.

No ano de 2001, Ano Europeu das Línguas, uma série de iniciativas foram programadas, tendo em vista o desenvolvimento da língua Mirandesa . De entre o grande programa destacamos:

A execução destas prioridades, quer se integrem no AEL quer não, pressupõe a possibilidade de concertação de esforços vários e a mobilização de meios humanos e materiais consideráveis, que excedem em muito a capacidade do grupo que elaborou esta proposta. O esboço de programação que se segue destina-se pois a ser discutido, adequado às circunstâncias e concretizado pelo maior número possível de pessoas e instituições interessadas na defesa, continuidade e desenvolvimento da língua mirandesa.

Proposta de programação de iniciativas para o desenvolvimento da língua mirandesa (2000-2001 e ss.)

Prioridades:

I Acções para o desenvolvimento interno do mirandês:

I a. Produção de textos literários e não literários: *Publicação de textos literários: 2000 - Contos I: (António Bárbolo); Contos II: (Amadeu Ferreira); Poesia I (Amadeu Ferreira); Poesia II (Amadeu Ferreira); 2001- Antologia de poetas portugueses (trad. mir. de Amadeu Ferreira.*

I a. 2. Publicação de textos não-literários: *2000 - Breve Adenda à Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa; 2001 - Guia de circuitos pedestres; 2ª ed. revista da Convenção Ortográfica:*

I b. Criação de um site sobre Língua Mirandesa de informação permanente: *2001 – Site de informação permanente, com acesso à Convenção Ortográfica e Adendas, notícias de eventos a realizar, Consultório de Língua e possibilidade de trabalho em grupo (GELM).*

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

I c. Formação de formadores: 2000 *– Elaboração de Programas experimentais de ensino para o nível básico; Elaboração de programas experimentais de ensino de mirandês para adultos; Elaboração de programas experimentais de Formação de Formadores; 2001 - Elaboração de programas de carácter permanente; - Curso de verão, a organizar pela UTAD, com a duração de 3 semanas;*

I d. Produção de instrumentos auxiliares da aprendizagem da língua: *2001 - Elaboração de materiais para aprendizagem escolar do 1º e 2º ciclos do ensino 2001-2002 - Elaboração de um Prontuário /Vocabulário Ortográfico da Língua Mirandesa; 2001- 2004 - Elaboração um Dicionário Básico da Língua Mirandesa; 2002 – Elaboração de materiais para aprendizagem escolar do 3º ciclo do ensino básico.*

I e. Registo da memória colectiva: *2001 - Publicação do livro de provérbios Ditos Dezideiros de António Maria Mourinho (ed. a cargo de Domingos Raposo); 2000, 2001 - Recolhas sistemáticas da oralidade. Domínios:- Vocabulário (terminologias tradicionais relativas à natureza, actividades e toponímia). - Literatura – Lendas, contos, rezas, romances;- Relatos (biografias, história local, descrições de trabalhos…) 2001 - Elaboração de documentários em vídeo. - Produção de CD ROMs sobre Língua, Literatura e Cultura Mirandesas.*

I f. Promoção da língua junto da população: *2000 – Preparação dos cursos, no Seminário referido em I c. Campanha de divulgação entre professores e na população.- Lançamento de um Concurso Literário a realizar em 2001 e anos seguintes; 2001 - Cursos de alfabetização de adultos, em mirandês, em várias aldeias (Sendim…); - Sessões de "Introdução à Língua e Cultura Mirandesa" para adultos, em diversas aldeias do Concelho, especialmente para professores do ensino pré-primário, básico e secundário;- Inclusão do tema "A língua e a cultura mirandesa" nos planos escolares de 2000 – 2001 (já aprovado na Escola de Sendim);- Animação cultural: - Organização de apresentações teatrais tradicionais (autos…) e modernas em mirandês; - Dia da Língua: 15 de Agosto: Espectáculo em língua mirandesa. Atribuição dos prémios do Concurso Literário.*

- Acções de formação

- Animação cultural

- Criação do Dia da Língua (a celebrar todos os anos)

II Apreciação do uso actual da língua: *2001-2002 - Levantamento do número de falantes de mirandês: primeiramente no Concelho, depois no país e no estrangeiro*

II a. Levantamento do número de falantes de mirandês

III O mirandês no exterior

III a. Reconhecimento do Mirandês, a nível internacional, como língua minoritária oficial em *Portugal. 2001 - Inscrição da Língua Mirandesa no "Bureau das Línguas Menos Faladas"- Reconhecimento do Mirandês a nível internacional, como língua minoritária oficial em Portugal.*

III b. Divulgação do mirandês entre os portugueses, especialmente os professores de *português III b. Divulgação do mirandês entre os portugueses*

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

III b.1. Para o grande público: *2000 – Catálogo de uma exposição de pintura de Balbina Mendes (António Bárbolo Alves). 2001 - Programa de televisão sobre "O mirandês na vida quotidiana"; - Programas na Rádio Planalto------?;- Crónica periódica s/ o mirandês num jornal de grande divulgação (Amadeu Ferreira) - a partir do mês de Janeiro;- Textos em mirandês num periódico literário (Amadeu Ferreira);- Entrevistas a jornais------?;- Catálogo de uma exposição de gravuras, desenhos e textos com o tema "Língua" (Amadeu Ferreira e José Nobre);- Um jornal em mirandês (2º semestrede 2001).*

III b.2. Para professores e estudiosos em geral: *2001 - "Segundas Jornadas de Língua e Cultura Mirandesas" dedicadas a "História Local e História da Língua" (Outubro)- Inclusão do tema "A língua e cultura mirandesa" nos planos escolares de – 2000- 2001;- Inclusão de um artigo sobre o mirandês na revista do Instituto Camões - Inclusão de uma cadeira de mirandês em Universidades Portuguesas ---?;- Inclusão de um capítulo sobre o mirandês nas cadeiras de Introdução à Linguística, Linguística Portuguesa e Românica, História da Língua e/ou Variedades do Português das Faculdades de Letras e nas cadeiras de Português das Escolas Superiores de Educação---?.*

.

III c. Divulgação da existência desta "nova" língua românica entre a comunidade científica internacional.- *Comunicações a Congressos;- Artigos em revistas internacionais. Apoios que seria importante criar:2000 - Uma Assessoria Linguística na Vereação Cultural da Câmara Municipal de Miranda do Douro;- Um coordenador do ensino do Mirandês nomeado pelo Ministério da Educação; Infra-estruturas que seria necessário criar:2000 – Uma sede para a "Associaçon de la Lhéngua Mirandesa" (em formação) em Lisboa.2000-2001 - Instalações para Acções de Formação em Miranda do Douro;- Alojamento para estudiosos do mirandês e professores temporários em Miranda (com o apoio da UTAD e da Câmara Municipal).*

Prioridades absolutas: *2000 - Adenda à Convenção Ortográfica (impressa) e actualização da Convenção.- Criação de uma Assessoria linguística na Câmara Municipal de Miranda do Douro.2001 - Criação de um site de informação permanente, consulta linguística e trabalho em grupo; - Elaboração de um Prontuário/Vocabulário Ortográfico;- Elaboração de manuais de ensino.*

As acções a empreender dentro destas alíneas estão limitadas pela capacidade actual de produção, na medida em que escasseiam as pessoas com preparação suficiente em Língua Mirandesa para desenvolverem algumas das tarefas indicadas.

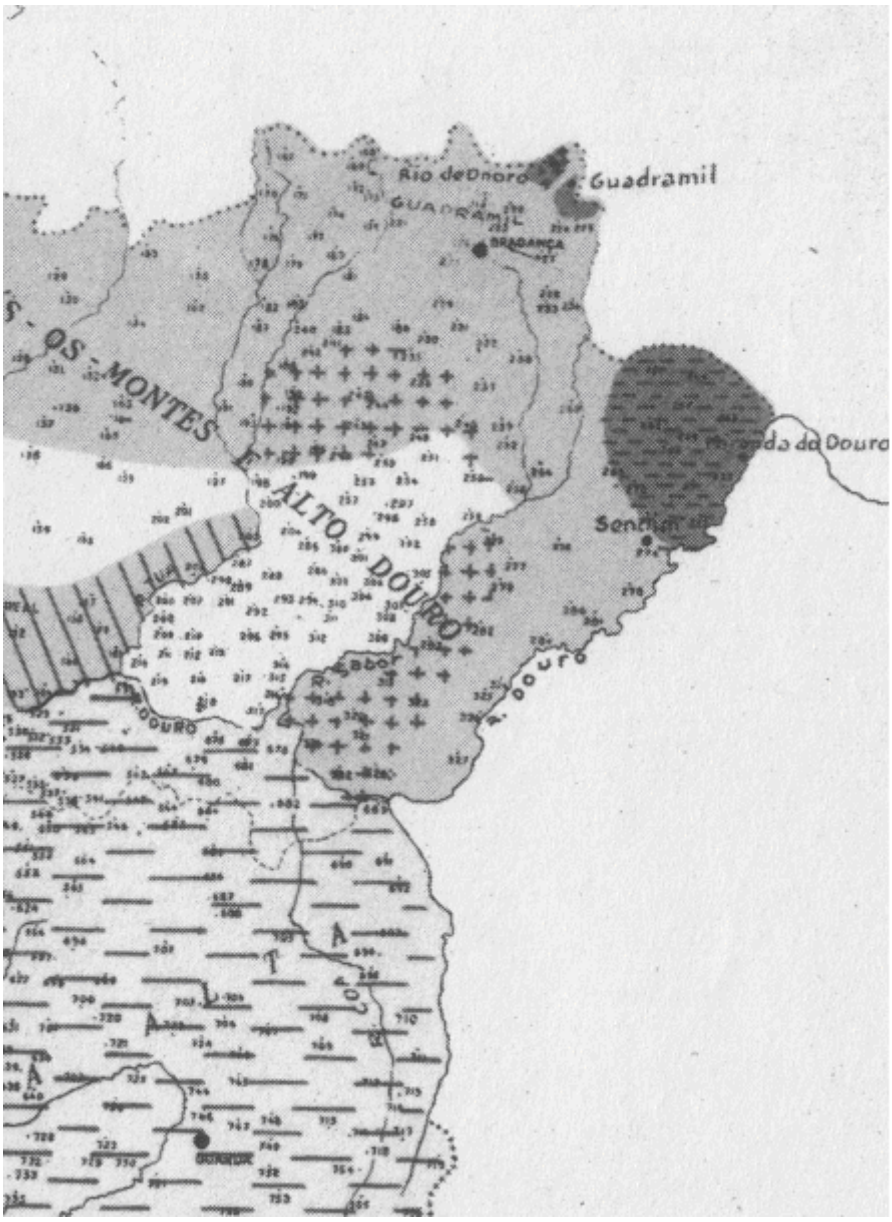
Muitas são as instituições mirandesas e nacionais que trabalham para o desenvolvimento e fomento da língua mirandesa. Algumas dessas instituições são: *Casa de la Lengua de Sendim; Câmara Municipal de Miranda do Douro; Escola EB 2* e *Escola Secundária de Miranda; Escola EB 23 de Sendim; Centro de Estudos Mirandeses – Faculdade de Letras do Porto; Centro de Linguística da Universidade de Lisboa; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Governo Civil de Bragança; Ministério da Educação*, entre muitas outras, que sob o pecado de omissão não incluímos aqui.

Outra das iniciativas levadas a cabo por aqueles que trabalham com o Mirandês consiste na criação de *sites* na Internet, *sites* esses em língua Mirandesa ou na sua

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

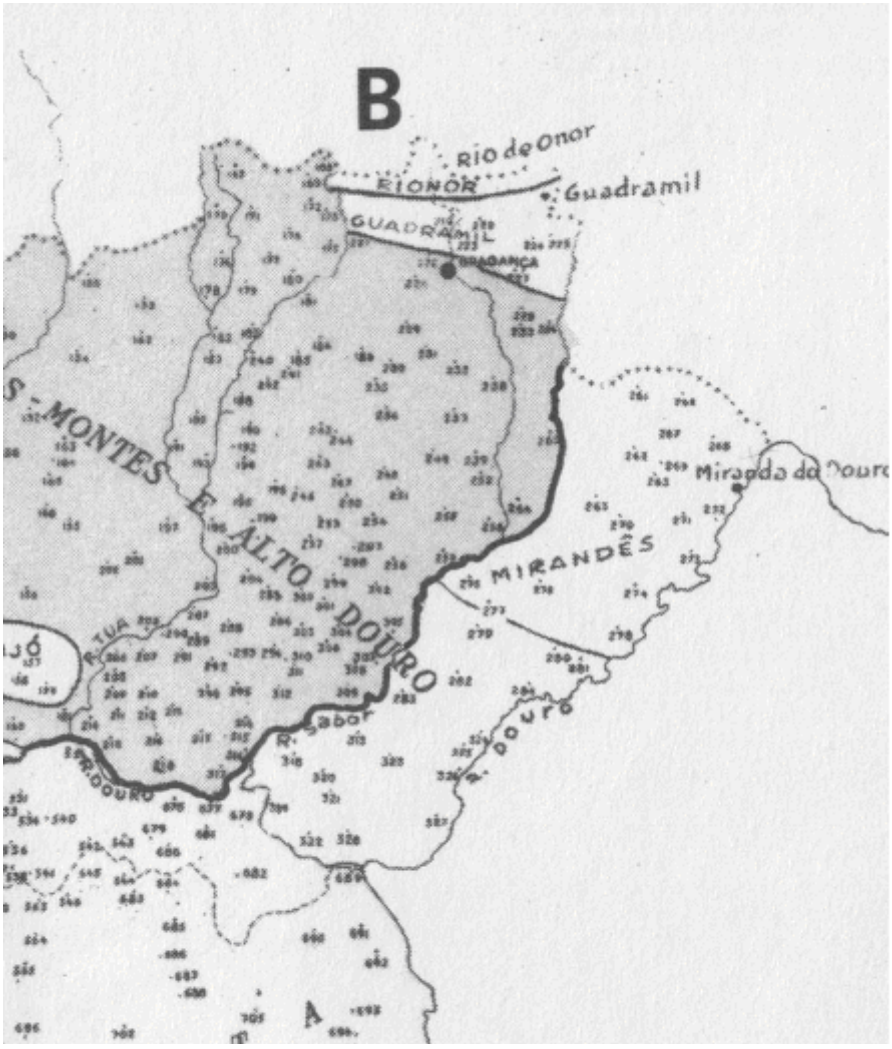
variedade dialectal, o Sendinês, que proporcionam aos curiosos ou aos simples usuários da rede informações acerca do concelho e da sua língua. Um dos melhores sites que encontrei foi: www.mirandes.no.sapo.pt. Deste *site* recolhi muito material para a segunda parte deste pequeno artigo que, de modo modesto, eu amante de quantos dialectos (e línguas) existem na nossa pátria, ofereço ao Mirandês desde esta cidade de Salamanca onde lecciono Dialectologia Portuguesa na Faculdade de Filologia.

Nota: Seguem-se uma série de cinco mapas, retirados de obras citadas neste artigo, e que servem para melhor ilustrar a situação acima descrita.



Mapa 1. Pormenor, onde se pode ver a zona ocupada pelos falares mirandeses do Nordeste de Portugal, da *Carta Dialectológica de Portugal Continental*, por J. LEITE de VASCONCELOS (1893).

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)



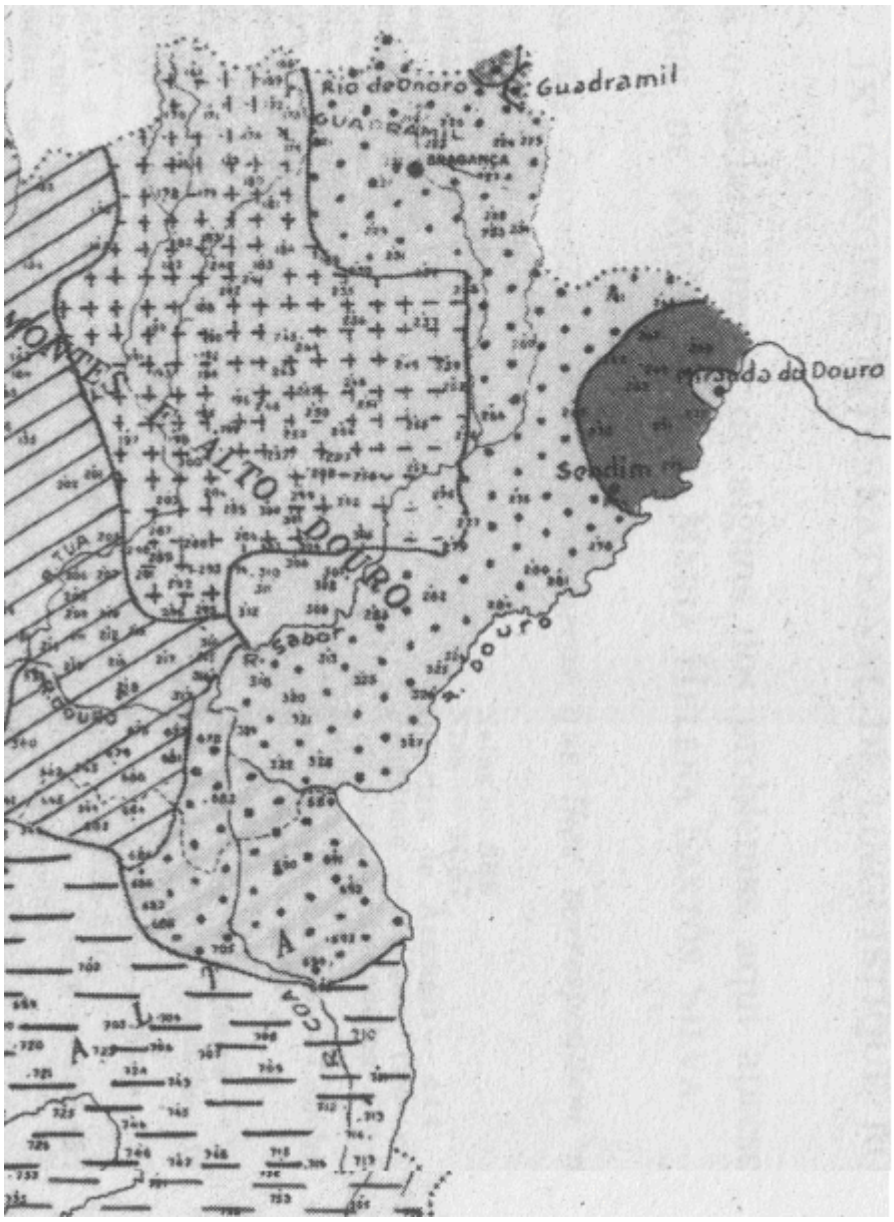
Mapa 2. Pormenor, onde se pode ver a zona ocupada pelos falares mirandeses do Nordeste de Portugal, *Mapa Dialectológico do Continente Português*, por J. LEITE de VASCONCELOS 2ª ed., (1929),

> *Colorido por Maria Helena Santos Silva, baseado sobre o mapa, a tracejado, publicado «com alterações» e comentários nos* Opúsculos *de Leite de Vasconcelos, vol. IV, 1929.*

«Provavelmente por deficiência de desenhador, observa-se no mapa a atribuição aos falares de Riodonor, de Guadramil, de Miranda e de Barrancos de áreas que estão longe de corresponder às reais».

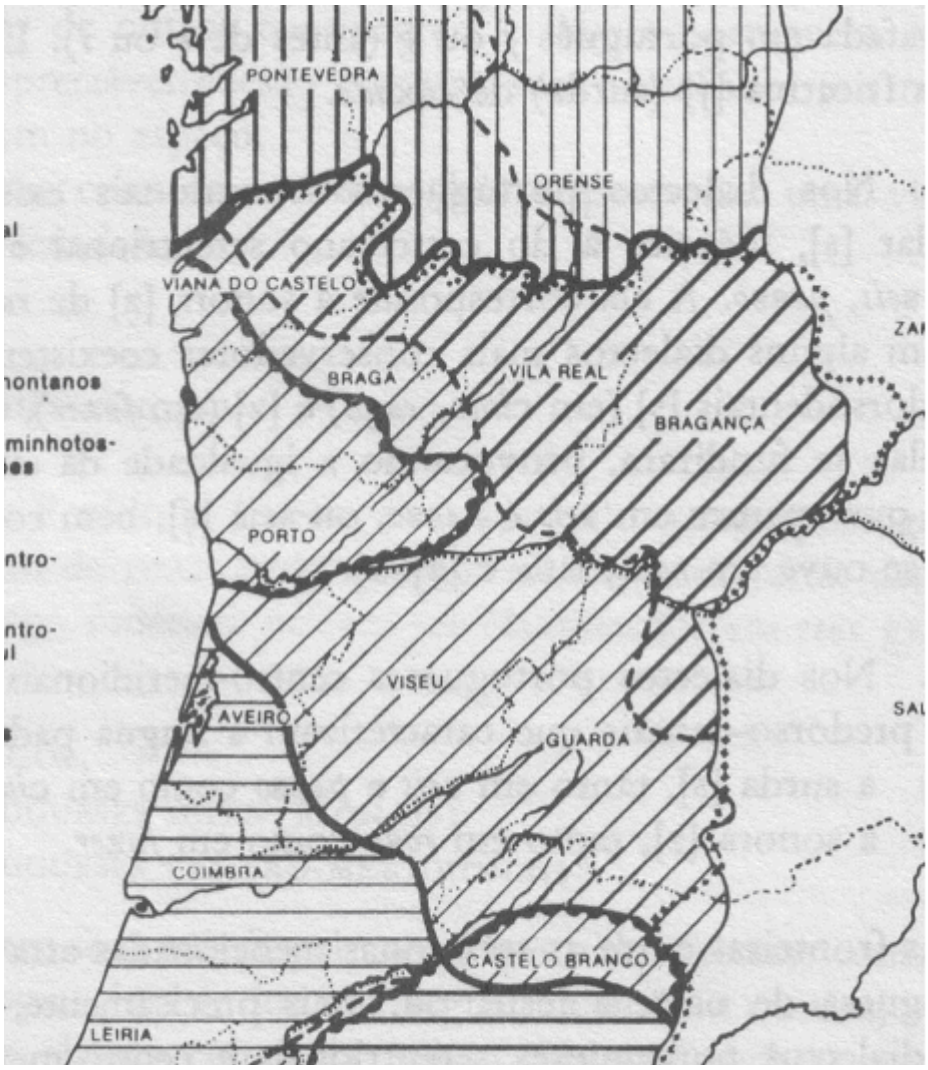
LINDLEY CINTRA, *op. cit*. pág. 84.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)



Mapa 3. Pormenor, onde se pode ver a zona ocupada pelos falares mirandeses do Nordeste de Portugal, do *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental*, elaborado sob a orientação e com a colaboração de Manuel de PAIVA BOLÉO por Maria Helena SANTOS SILVA (1958).

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)



Mapa 4. Pormenor, onde se pode ver a zona ocupada pelos falares mirandeses do Nordeste de Portugal, do mapa da Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses incluído na *Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses* de Luís Filipe LINDLEY CINTRA (1971).

Nesta imagem podemos ver que a linha da fronteira linguística não coincide com a linha da fronteira civil; em consequência os falares leoneses de Portugal não estão incluídos na classificação, ao contrário dos falares portugueses dentro do espaço geo-político de Espanha.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)

Bibliografia

ARGOTE, J. Contador de (1725): *Regras da Língua Portuguesa, Espelho da Língua Latina ou Disposição para Facilitar o Ensino da Língua Latina pelas Regras de Portugueza*. Lisboa: Off. de Matías Pereira de Silva e João Antunes Pedroso.

BARROS, J. De (1971): *Gramática da Língua Portuguesa, Cartinha, Diálogo em Louvor da Nossa Linguagem e Diálogo da Viciosa Vergonha*. Ed. de Maria Leonor BUESCU. Lisboa : Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LAPESA, R. (1981[9]): *Historia de la Lengua Española*. Madrid: Gredos.

LEITE DE VASCONCELOS, J. (1882): «O Dialecto Mirandez». *O Penafidelense* [Penafiel].

—— (1987[3]): *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. 3ª ed. por Maria Adelaide VALLE CINTRA. Lisboa: I.N.I.C.; Centro de linguística da Universidade de Lisboa.

—— (1890): *Estudos de Philologia Mirandesa*. Vol. I e II. Lisboa: Imprensa Nacional.

—— (1897): «Mapa Dialectológico do Continente Português». *Portugal Dialectológico* [Lisboa].

LINDLEY CINTRA, L. F. (1971): «Nova Proposta de Classificação dos Dialectos Galego-Portugueses». *Boletim de Filologia*, nº 22, pp. 81-116. [Lisboa: Centro de Estudos Filológicos]

PAIVA BOLÉO, M. de; SANTOS SILVA, M. H. (1962): «Mapa dos dialectos e Falares de Portugal». In: *Actas do IX^eme Congrés International de Linguistque Romane*. Lisboa.

BDD-A5211 © 2002 Romania Minor
Provided by Diacronia.ro for IP 216.73.217.42 (2026-11-15 20:54:49 UTC)